

IDENTIDADES, BIOGRAFICIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS: novos olhares outros desafios

Ana Cláudia da Silva Rodrigues UFPB/DE/PPGE
Cláudio Cesar da Silva CCHSA/UFPB

RESUMO: No presente texto apresentamos algumas reflexões sucintas acerca do tema modernidade, identidade, biograficidade e movimentos sociais do campo, com o intuito de proporcionar ao leitor uma visão de como os temas se relacionam e quais suas repercussões na vida individual e coletiva daqueles que buscam a formação da identidade camponesa. Partimos do tema da modernidade e da globalização discutidos atualmente pelas diversas áreas, principalmente pelas humanas e sociais e de que forma estão contribuindo para a formação da identidade pessoal e social, uma vez que estas vêm sendo modificadas nas últimas décadas a partir da estruturação da experiência subjetiva dos indivíduos e da transformação que se reflete numa nova experiência em relação ao tempo e na necessidade de reconstrução mais freqüente dessas identidades. Em seguida, apresentamos os temas: a formação da identidade camponesa no Brasil e a contribuição dos movimentos sociais do campo para constituição dessa identidade camponesa, esclarecendo a relevância do tema para a condução de um processo emancipatório do homem e para a resistência social.

Palavras-chave: Modernidade. Identidade. Biograficidade. Educação do Campo. Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apresentar, de maneira sucinta, alguns aspectos que estão sendo discutidos atualmente sobre as novas tendências definidoras da modernidade e como estas repercutem na constituição da identidade dos sujeitos e conseqüentemente na formação da sociedade contemporânea, tendo como objeto de análise os movimentos sociais do campo.

Nesse sentido, partimos da constatação hipotética de que, a identidade cultural do homem do campo está sendo transformada e que os Movimentos Sociais do Campo são os principais responsáveis pela construção dessa nova identidade, utilizando, principalmente, a educação, como instrumento dessa mudança.

Por isso, com o intuito de oferecer um suporte teórico que subsidie esta análise, inicialmente iremos apresentar como estamos compreendendo a modernidade na contemporaneidade a partir das indicações teóricas de Giddens, A. (2002) e Santos, B. S. (2002). Em seguida, vamos discutir sobre

subjetividade e identidade na perspectiva de Mendes, J. M. O. (2002), Hall, S. (2000, 2002, 2003, 2004) e Santos, B. S. (1995). Avançando na discussão da identidade apresentaremos o paradigma da biograficidade, proposto por Alheit e Dausien (2007) uma vez que esta concepção teórica se apresenta como uma tentativa de integração da identidade do sujeito ao processo histórico-vital. Por fim, apresentamos como se formou a identidade camponesa no Brasil utilizando como base Pereira, A. (2008), Moreira (2002), Andrade (1995) e como, atualmente, os movimentos sociais do campo, na perspectiva de Gohn (1997) e Melucci (1999), estão contribuindo para a constituição dessa identidade.

2 MODERNIDADE E GLOBALIZAÇÃO

A sociedade contemporânea tem instigado a diversos autores o desafio de compreendê-la, uma vez que esta se apresenta de forma dinâmica, marcada por instabilidades, contradições, equívocos e, além disso, algumas ambigüidades. O avanço tecnológico tem causado transformações sociais e desencadeado questões para reflexão que na concepção de Giddens (2002) irão definir os complexos mecanismos que separam o moderno do pós-moderno como balizadores de uma discussão sobre modernidade: segurança, perigo, confiança e risco.

Para iniciar a apresentar suas interpretações sobre o que vem ocorrendo na atualidade Giddens (2002) situa à modernidade num espaço-tempo histórico, e a conceitua como um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do séc. XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Para este autor é necessário capturar a natureza das descontinuidades do desenvolvimento social moderno para então poder fazer um diagnóstico de suas conseqüências, para nós, no presente. No final do século XX, muita gente afirma que estamos no limiar de uma nova era, um passo além da própria modernidade, para Giddens estamos vivendo as conseqüências da modernidade que de forma geral, padroniza e cria o contexto da tão comentada globalização.

Continuando Giddens (2002) apresenta suas reflexões sobre a modernidade destacando como sua principal característica, o seu dinamismo, que consiste da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social, uma vez que além de favorecer o encurtamento de distâncias, promove também o desenvolvimento de mecanismos de desencaixe, entendidos como “deslocamentos das relações sociais de contextos locais de interação” ainda a apropriação reflexiva do conhecimento, a qual integra a produção deste conhecimento com a reprodução do sistema afetando as ações de indivíduos e grupos.

Afirma, ainda, que a modernidade é um fenômeno de dois gumes, e que o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala global, associadas aos avanços tecnológicos criariam um cenário propício que contribuiriam para que os seres humanos gozassem de uma vida melhor, isso teoricamente falando. Pois em sua prática existe a questão da “Oportunidade” enfatizada por Giddens como o lado sombrio da modernidade que se tornou muito evidente no século atual.

É justamente a partir desta perspectiva que Giddens (1991) começa a discutir a modernidade e a identidade uma vez que, em uma sociedade tradicional, a identidade social dos indivíduos é limitada pela própria tradição, pelo parentesco, pela localidade. A modernidade, caracterizada como uma ordem pós-tradicional, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade “móvel”, mutável. É, nesse sentido, que, na modernidade, o “eu” torna-se, cada vez mais, um projeto reflexivo, pois aonde não existe mais a referência da tradição, descortina-se, para o indivíduo, um mundo de diversidade, de possibilidades abertas, de escolhas. O indivíduo passa a ser responsável por si mesmo e o planejamento estratégico da vida assume especial importância (DIAS, 2005).

Neste aspecto outros autores discutem a modernidade e suas influências na sociedade. Para Beck, a sociedade contemporânea está em uma nova configuração, que o fez denominá-la: “sociedade de risco”. Na qual a

distribuição dos riscos não corresponde às diferenças sociais, econômicas e geográficas da típica primeira modernidade. O desenvolvimento da ciência e da técnica não poderiam mais dar conta da predição e controle dos riscos que contribuiu decisivamente para criar e que geram conseqüências de alta gravidade para a saúde humana e para o meio ambiente, desconhecidas a longo prazo e que, quando descobertas, tendem a ser irreversíveis. Entre esses riscos, Beck inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Mais recentemente, incorporou também os riscos econômicos, como as quedas nos mercados financeiros internacionais. Este conjunto de riscos geraria “uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (Beck, 1999: 2-7).

Estes riscos atingem diretamente toda a população do planeta, uma vez que o processo de globalização permitiu que não existisse nenhum tipo de fronteira. Os processos que passam a delinear-se a partir dessas transformações são ambíguos, coexistindo maior pobreza em massa, crescimento de nacionalismo, fundamentalismos religiosos, crises econômicas, possíveis guerras e catástrofes ecológicas e tecnológicas, e espaços no planeta onde há maior riqueza, tecnificação rápida e alta segurança no emprego.

Portanto o sujeito, nessa modernidade, é aquele que, refletindo sobre tais ameaças e incertezas, é levado a renunciar à rigidez de idéias e às atitudes e comportamentos baseados em sistemas de valores e de conduta tradicionais. Sendo isto, em muitos casos, condição para não ser excluído socialmente.

Para Santos (2002 p. 33) ao discutir o processo de globalização afirma que, este, longe de ser consensual é “um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e grupos hegemônicos por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro” é justamente esse consenso que legitima essas ações como as únicas possíveis e adequadas. Por isso, a necessidade de imposição de uma cultura sobre outra, de um grupo

por outro, de uma identidade por outra. As nações de maior poder econômico subjagam as nações menores e impõem seus ditames.

A globalização, através principalmente da compressão de distâncias e escalas temporais tem contribuído para a contestação da centralidade das identidades nacionais. Há, no entanto, um movimento de reforço destas e das identidades locais. Neste contexto de negociação surgem identidades culturais em transição, resultantes do diálogo entre diferentes tradições culturais e misturas do mundo globalizado: essas são as novas identidades ou identidades híbridas (Hall, 2005). A identidade é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos. A reivindicação das identificações encontra-se num quadro de dividendos políticos sendo necessária uma observação primordial do lugar de fala desses sujeitos contemporâneos.

Nesse sentido, ao refletir sobre a natureza das globalizações Santos (2002) destaca que a globalização “é um conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influencia para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival”. E esta capacidade de imposição de uma cultura sobre a outra contribui para que as pessoas não vislumbrem mais seus limites, suas fronteiras, ocasionando uma insegurança constante.

O que antes tínhamos como perene, hoje temos como temporário. Tudo ao nosso redor vive em constante modificação. A microeletrônica está aí para nos desafiar. Se hoje adquirimos um aparelho de última geração, amanhã com certeza estaremos ultrapassados. As tradições culturais O que para nós era sinônimo de

Portanto, nesses tempos de incertezas onde a reflexividade da modernidade, altera a natureza da vida social cotidiana, sensações de inquietude e ansiedade podem se infiltrar na experiência cotidiana dos indivíduos, pois a narrativa da identidade torna-se inerentemente frágil diante das intensas e extensas mudanças que a modernização provoca. Entretanto, ainda que a modernidade seja inerentemente suscetível à crise, favorece, por outro lado, a apropriação de novas possibilidades de ação ao indivíduo,

oferecendo oportunidades de revisão de hábitos e costumes tipicamente tradicionais.

3 O CONCEITO DE IDENTIDADE E BIOGRAFICIDADE

A concepção da identidade como categoria de análise apresenta uma multiplicidade de sentidos ao longo da história, uma vez que diversas áreas de conhecimento se dedicam ao seu estudo. No entanto neste texto, iremos apresentar primeiramente alguns aspectos quanto a utilização do termo a partir da psicologia, para em seguida, discutirmos as várias configurações de identidade que habitam as reflexões dos teóricos da modernidade como Giddens (1991), Santos (2002), Hall (2000, 2002, 2003, 2004), entre outros. Faremos ainda, uma discussão sobre a teoria da *biograficidade* proposto por Alheit e Dausiem (2007) como uma perspectiva de compreensão das transformações que ocorrem ao longo da vida, onde temos que inventar espaços de pertencimento viáveis pelas nossas sociedades globalizadas.

3.1 Identidade: contextos históricos

O conceito de identidade tem sido muito discutido ao longo do tempo e, portanto, abriga diversas versões. Historicamente, o termo foi empregado nas ciências médicas para significar o que entendemos por personalidade. Esta concepção priorizava o ser biológico e individual sustentados por uma estrutura psíquica, que não muda enquanto processo normativo institui uma dicotomia entre o indivíduo e o grupo, entre o homem e sociedade.

Durante algum tempo esta perspectiva dominou os estudos na área de psicologia, porém, preocupados em considerar o homem enquanto sujeito social, inserido num contexto sócio-histórico, os psicólogos sociais adotaram o termo identidade.

A palavra identidade a partir de sua origem latina (*identitate*) significa qualidade de idêntico, ou seja, o aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido.

Para Machado (2004), o seu estudo localiza-se no domínio das ciências como Antropologia, Biologia, Psicologia, Psicanálise e Educação, pois se trata de formas de representação individual e coletiva, adquirindo sentido em contextos históricos e sociais definidos, especialmente quando se impõe a alteridade articulada com a cultura e a ideologia.

a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais. As identidades serão, assim, construções relativamente estáveis num processo contínuo de atividade social. E sua origem são os acidentes, as fricções, os erros, o caos, ou seja, o indivíduo forma a sua identidade não na reprodução familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização. Estas identidades são ativadas, estrategicamente, pelas contingências, pelas lutas, sendo permanentemente descobertas e reconstruídas na ação. (MENDES, 2002, p. 504-505)

Nesta perspectiva o sujeito é um construto, construído não a partir das propensões psíquicas internas, mas assim das regras morais que lhe são inculcadas do exterior.

Não podemos falar de identidade individual, atualmente, pois a identidade tanto é atribuída socialmente ao indivíduo como por ele adquirida. Devendo ser entendida numa dimensão transhistórica, constituindo a marca das sociedades, das culturas e elemento capital da própria unidade humana.

Quando resguardada nos limites científicos, a problemática da identidade apresenta um caráter neutro, a exemplo da perspectiva antropológica, que estuda através do sistema simbólico das culturas e, sobretudo, da interpretação genética, que explica a diversidade humana pela evolução (...). Porém, quando transporta para cultura, ideologia e política atravessa um campo ambíguo e complexo, que se confunde com o processo histórico de dominação e, em contrapartida, de insurgência dos povos e nações submetidos, ou dependentes. (MACHADO, 2004 p. 16)

Nesse sentido, identidade e ideologia andam juntas, emergindo em contextos socioeconômicos e políticos definidos. Uma interferindo na outra, ou melhor, uma confundindo-se com a outra.

Hall (1999), ao discutir as revoluções culturais do nosso tempo, concorda e complementa as colocações de Machado ao afirmar que:

A identidade assume uma perspectiva mais pontual, pois ela emerge não tanto de um centro interior, de um 'eu verdadeiro e único', mas do diálogo entre conceitos e definições que são para nós representados (...) conceituado como sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos 'viver', como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências únicas e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. (HALL, 1999, p.15)

Para Sousa Santos (1995) as identidades são definidas como negociações de sentido, como identificações em curso. Para ele, esse processo de formação de identidades é composto por descontextualizações e recontextualizações derivados das relações sociais conflituais entre indivíduos e os grupos.

Os discursos e os novos movimentos sociais indicavam uma apologia da sociedade multicultural: a justaposição e convivência de etnias ou grupos em determinados espaços urbanos (CANCLINI, 2004). Tais falas anunciavam também exaltação da diferença e idéia de preservação (ou proteção) das identidades de cada um. A identidade tornou-se, desde então um tema bastante emergente. A noção de identidade estava ligada anteriormente à concepção de um sujeito unificado. Porém, o deslocamento de seus elementos constituintes agregou-lhe o caráter fluido, polissêmico e móvel. É possível identificar-se com referências culturais distintas. A afirmação ou repressão de determinadas características identitárias das culturas diversas passa por uma escolha política. Esses processos de identificação têm redefinido o sujeito contemporâneo e, conseqüentemente, as identidades que estão sendo formadas.

Como um assunto evidente, a identidade é observada a partir de diferentes prismas. Alguns autores utilizam a perspectiva da identidade pessoal, do nível psíquico das identidades e das subjetividades modernas, como um dos caminhos para a discussão do termo (GIDDENS, 2002), uma

“reflexidade da modernidade que se estende ao núcleo do eu” (GIDDENS, 2002 p. 37). Outros têm uma perspectiva de discussão que envolve a idéia de uma identidade coletiva ligada a sistemas culturais específicos. Por meio destas questões, podemos dizer que o sujeito, ou a identidade, são construídos por oposições, conflitos e negociações, sendo constantemente inventada por estes sujeitos, em um processo aberto, nunca acabado.

Para Mendes (2002) cada sujeito é portador de várias subjetividades, criadas em contextos distintos, e que apresentam versões diferentes e igualmente válidas desses sujeitos. Porém esclarece que sua concepção de ser humano baseia-se na antropologia filosófica de Bakhtine, onde o outro é decisivo. O diálogo com os outros é essencial na construção da consciência de cada indivíduo, diálogo que é multifocal e que se produz na intersecção de forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e de forças centrífugas (necessidade de diferenciação do outro). (BAXTER E MONTGOMERY, 1995, p. 25-26).

Na sua concepção o sujeito dialógico é um produto do momento, de uma negociação constante. As emoções, as memórias, os desejos e as predisposições podem ser entendidos nesta teoria, como metáforas da conversação.

Complementando Hall (1996, p.4) acrescenta que as identidades emergem da narrativação do sujeito. As identidades constroem-se *no e pelo* discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formação práticas e discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas.

Portanto, a identidade se apresenta em constante formação a partir da relação do eu comigo mesmo e com o mundo e essa relação se dá através do diálogo. No entanto, como veremos abaixo, Alheit e Dausiem apresentam um novo conceito, a *biograficidade* como perspectiva de junção entre as relações pessoais e sociais, ou seja, apresentam um elemento novo na discussão das identidades.

3.2 Biograficidade: um passo a diante?

Peter Alheit é professor do Seminário Pedagógico da Universidade de Göttingen e Bettina Dausien docente das Universidades de Flensburg e Múnic. Seus trabalhos teóricos partem da análise dos sujeitos da sociedade moderna a partir da teoria de formação que explica a transição da sociedade do trabalho para a sociedade de aprendizagem ao longo da vida. Uma vez que, a significação do trabalho produtivo vem sendo modificada ao longo do século XX. Podemos afirmar que hoje a atividade profissional não nos remete a um único exercício profissional. Vivemos constantemente mudando nossas atividades profissionais e a necessidade de formação se apresenta como essencial para sobrevivermos na sociedade moderna.

Antes desta perspectiva as concepções sobre identidade indicavam que as mesmas eram construídas e os sujeitos permaneciam com ela durante toda a vida (pessoal, social ou coletiva). Apareciam como instancia de mediação entre a subjetividade individual e as estruturas sociais. Porém, hoje em dia temos vários estudiosos que indicam existir no sujeito várias identidades, tendo em vista que as mudanças do mundo do trabalho não me deixam mais ter uma profissão fixa. Por isso estamos constantemente construindo, desconstruindo e reconstruindo nossas identidades.

No entanto, a construção de nossa própria vida não é um processo consistente, linear, e sim um percurso complicado que tem que dá conta das descontinuidades e das transformações constantes da nossa sociedade ou seja, somos os autores e atores de nossa identidade.

Segundo Alheit e Dausien, a aprendizagem ao longo da vida se refere a ciência da educação orientada em torno do sujeito – que toma por objetos os processos de aprendizagens e a formação do ator social individual. A esse processo, os autores denominam de biograficidade, que se materializa no cruzamento entre a experiência de vida acumulada pelos sujeitos e as aprendizagens que os mesmos adquirem ao longo de suas vidas em várias esferas, como a formal, a não-formal e a informal. A biograficidade refere-se, portanto, à

[...] capacidade do sujeito de re-elaborar a experiência de vida, considerando o caráter subjetivo da assimilação das ofertas de aprendizagem, pero que ajusta la posibilidad de elaboración de nuevas estructuras de experiencia culturales y sociale. (ALHEIT e DAUSIEN, 2005, apud, DINIZ, 2007, p.67).

No plano da experiência biográfica as distinções analíticas entre aprendizagem formal, não formal e informal não são absolutamente imperativas. A biografia tem precisamente a propriedade de integrar no processo global de acumulação de experiências vividas nos domínios de experiência que os cortes institucionais e sociais separam, especializam e (re)uni-los em uma figura de sentido particular. Esta capacidade do sujeito de reelaborar a experiência vivida pode ser expressa pela concepção de biograficidade, que leva em conta a idéia de caráter “obstinadamente” subjetiva da assimilação das ofertas de aprendizagem, mas ele se encaixa a posturas de experiências culturais e sociais. . (ALHEIT e DAUSIEN, 2005)

Para nós, esta perspectiva busca oferecer ao sujeito outras possibilidades de elaboração de sua identidade, ou seja, biograficidade, oferecendo alternativas para ao elaborarem suas biografias atribui-lhes novos significados e conduzindo a novas direções. A expectativa com relação a este paradigma é, então, a de que contribua para estimular a aprendizagem biográfica dos sujeitos, entendida como

(trans)formação de experiências, de saberes e de estruturas de ação na inscrição histórica e social dos modos-de-vida individuais”, favorecendo a constituição de novas regras, contrárias àquelas reguladas por objetivos de aprendizagem e certificações de caráter formal, especificada como “aprendizagem curricular” (SCHULZE, 1993, apud, ALHEIT E DAUSIEN, 2005. p.185).

Portanto para os autores, acima referidos, a biograficidade apresenta um modo interessante de construir sua existência moderna, uma vez que ela se apresenta como transitória e em transformação ao longo da vida e como referencia de si mesmo e com o mundo. E neste momento específico se torna um referencial teórico importante para discutirmos os sujeitos individuais e

sociais que compõem os movimentos sociais do campo e de que forma estes sujeitos se constituem através das suas narrativas, construções e elaborações.

4 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL CAMPONESA NO BRASIL

Desde o início da ocupação e da colonização portuguesa e ao longo da formação social brasileira que se vem constituindo diversas identidades culturais edificadas, passando por diversas fases, de acordo com o modelo de sociedade e de economia vigente.

A identidade camponesa no Brasil foi sendo construída passo a passo juntamente com a história da formação do território brasileiro. Já no século XVI muitos registros identificaram a presença de camponeses na figura do morador e do proprietário do sítio junto às áreas produtoras de cana-de-açúcar. Estes agricultores, segundo Andrade (1995), foram o germe do campesinato nordestino. Nesse sentido, também é importante lembrar as comunidades dos quilombos. No entanto, é a partir da decisão do governo português de trazer agricultores para o Brasil que o campesinato ganha importância.

Nesse processo, apesar de por longo período o país viver uma organização social e econômica eminentemente agrária foi forjando uma identidade urbana vinculada à corte e em momentos posteriores aos interesses dos latifundiários, os quais apesar de explorarem suas riquezas do campo e dos camponeses constituíam suas identidades e relações de poder no meio urbano. Assim o mundo rural sempre foi desvalorizado culturalmente e simbolicamente.

A partir da revolução industrial o “lócus” da economia sai do campo para a cidade, do rural para o urbano. Com isso a burguesia urbana projetou visões do rural como sendo algo que precisava ser transformado. O que se referia ao rural era atrasado, irracional, incivilizado, selvagem e de comportamentos resistentes a mudanças, tais como a cultura dos indígenas, dos camponeses e as outras culturas não hegemônicas, sujeitas, portanto, ao domínio e à transformação. Se começa a projetar visões de mundo rural, implementar

políticas para camponeses a partir de suas perspectivas. E nesse sentido criam-se as imagens culturais hoje hegemônicas sobre o rural.

Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa forma esta foi a visão-suporte para o processo de modernização da agricultura implementada no país.

Para Moreira (2002) o que vem se postulando é o fim do rural, do agrícola e das instituições e profissões especializadas. Nessa perspectiva, o mesmo continua afirmando que o processo de construção da burguesia em nosso país deslocou gradativamente o centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria.

Essa visão se apóia no processo homogeneizador da modernidade ocidental, que teria feito desaparecer o campo e o rural, como valor a ser dominado. Para Moreira (2002) seria a dominação do rural pela indústria e de sua transformação pelo processo de modernização. O resultado seria o desaparecimento do rural, em favor de uma outra imagem de rural da alta modernidade.

Essa imagem tem no agronegócio o novo modelo agrícola da classe dominante. Que vê no campo o lugar de exploração, de consumo, de estratificação. Não se faz necessário mais a produção camponesa para a subsistência e sim a produção em lagar escala, é necessário que se tenha cada vez mais terra. Dentro dessa lógica produtivista, não existe mais lugar para o campesinato. A meta dos capitalistas para o campo é conquistar a supremacia absoluta do agronegócio. Priorizando o setor agrícola exportador e tecnificado e intensificando a interação entre as empresas dentro de uma cadeia de produção altamente competitiva, abandonando, portanto, aquela concepção tradicional da economia que investe em setores isolados.

Segundo Pereira

Estamos numa encruzilhada da história, diante de dois modelos de desenvolvimento, duas culturas, duas pedagogias, dois modos de produção. De um lado, um modelo capitalista,

autoritário, concentrador, explorador, depredador da natureza e da humanidade, da razão instrumental e mercantilista, destruidor da essência humana. D'outro, o modelo camponês, em defesa da vida, da família, da natureza, do meio ambiente, da agroecologia. Duas culturas opostas, duas pedagogias: a pedagogia do capital e a pedagogia da liberdade. (PEREIRA, 2008, p. 57)

Já tecnicada, industrializada, urbanizado e civilizada, a imagem desse rural da alta ou da pós-modernidade baseado no Agronegócio, reescreveria as identidades rurais tendendo a construir o agricultor como o jardineiro da natureza e como guardião do patrimônio natural e das tradições culturais, agora a serem preservadas. Nessa imagem, o rural já não se diferenciaria do urbano.

No entanto, esta visão de rural não faz parte das perspectivas dos movimentos sociais do campo. Segundo Pereira,

Em meio a um oceano de dificuldades, aqui, acolá, a resistência camponesa segue presente na longa marcha da história. O princípio de que “só a grande propriedade é racional e rentável” e considerava a pequena produção “um fenômeno econômico do passado”, a proletarização do campesinato inevitável segue mais forte com o fascínio do agronegócio arrastando consigo governos e parcelas importantes dos movimentos sociais. (PEREIRA, 2008, p.73).

Os movimentos sociais estão lutando, na contra mão da história, contra um modelo de sociedade que defende o agronegócio, degrada a natureza e a humanidade, pensando e defendendo o lucro acima das pessoas. Um movimento que acredita que no campo se vive, trabalha, sonha, luta, ganha, perde, se apaixona, morre e mata. Que defende a vida e afirma sua autonomia camponesa adotando um modo de produzir de acordo com os princípios da agroecologia.

Portanto, é essa identidade camponesa que buscam reafirmar. Apresentaremos abaixo, que movimentos são esses e como os mesmos vêm buscando a formação de uma nova identidade para o homem do campo.

5 A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO PELA CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE CAMPONESA

Nas últimas décadas, vários estudiosos têm tentado explicar as transformações que vem ocorrendo na sociedade contemporânea, pois para eles os paradigmas que geraram a sociedade industrial clássica já não são suficientes para explicar a sociedade das últimas décadas. Por isso, o conceito de movimentos sociais, assim como os conceitos anteriores estão passando por revisões, para se tentar compreender todos os fenômenos que acometem a sociedade brasileira atualmente.

Segundo Gohn (1997) os movimentos sociais se caracterizam como “ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de deferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil”. Para a autora essas ações geram transformações na sociedade, que podem ser tidas como conservadoras ou progressistas.

Melucci (1999) considera o conceito de movimentos sociais reducionista, empregando preferentemente o de ações coletivas. Para o autor, a ação coletiva contemporânea assume a forma de trama subjacente na vida cotidiana. Em tais tramas os indivíduos vão elaborando um novo discurso, novos códigos e experimentando novas formas de poder, através de práticas descentralizadas e democráticas, que, por sua vez expostas na cena pública mostram aos representantes institucionais que uma outra sociedade e forma de vida são possíveis.

Ainda para Melucci (1999), os movimentos sociais não são apenas portadores de uma nova mensagem cultural, são organizações que se confrontam com os sistemas políticos ao eleger a mobilização popular como forma de expressão. São agentes de modernização, estimulam a inovação, e impulsionam medidas de reforma.

São organizações coletivas empenhadas na luta em defesa de seus interesses econômicos e sócio-culturais, buscando construir sua identidade, de forma processual, tendo como

referência oposta a conduta dos que eles situam como seus adversários ou inimigos (CALADO, 1999, p.136).

Na década de 80 a sociedade começou a perceber que os camponeses não mais se conformavam com o silenciamento e o esquecimento das autoridades e governantes. Essa posição não tinham mais sentido, e se torna urgente ouvir e entender a dinâmica social e cultural dos diferentes grupos que formam o povo do campo, todos organizados e porta-vozes de novas propostas de vida para o campo. Destas propostas vários temas emergem como a agricultura familiar, a agroecologia, a economia solidária, a perspectiva do campo como lugar de convívio, de um lugar que não se isola, mas que se relaciona política, econômica e socialmente com a cidade. Todos os movimentos sociais buscam preservar as suas especificidades, tentando por fim construir uma nova identidade para o campo.

Por isso, na perspectiva de Melucci (1999) os atores sociais já não se enquadram em algumas categorias teóricas eles assumem a função de revelar os problemas para a sociedade. Isso significa que diante da diversidade de atores sociais já não é mais possível falar de um movimento social sem considerar sua articulação numa rede de movimentos sociais.

No caso dos movimentos sociais do campo, essa rede de movimentos vem se constituindo através da Via Campesina que é uma organização internacional de camponeses que tem por objetivo defender os interesses desse segmento, alegando que ele ainda representa a maioria da população mundial e que historicamente vem sendo mantida à margem dos benefícios da sociedade e das negociações de políticas nacionais e internacionais.

Seu surgimento está relacionado ao domínio das empresas transnacionais no processo produtivo, cujo objetivo é a apropriação e a subordinação cada vez maior do processo de trabalho pelo capital, que tem como expressão o controle da produção desde a semente até o consumo. Fazendo com que milhões de agricultores tenham seu processo de trabalho cada vez mais explorado.

Em 1993, surge formalmente. Indicando como objetivo diagnosticar as necessidades dos/as trabalhadores/as e trocar informações referentes à

realidade vivida por estes/as em seus continentes, cujo propósito foi consolidar uma articulação entre os/as mesmos/as. Em homenagem aos trabalhadores do campo assassinados em El Dourado dos Carajás instituiu o 17 de abril como o dia Internacional de Luta Camponesa.

Em 1996, no seu segundo encontro, definiu estratégias de organização e luta, devido a insatisfação com a atuação dos partidos e sindicatos. Na sua terceira conferência, em 2000, elege como objetivo, a construção de alianças e a promoção da igualdade de gênero (MST, 2004). A partir das questões tratadas, como: o crescimento da pobreza e da miséria, a privatização dos recursos naturais, à migração e o desemprego (MST, 2003b); tomou como bandeira de luta a soberania alimentar, a luta contra as organizações internacionais que defendem os interesses do capital (Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, a defesa de uma agricultura sustentável e a luta pelo direito à terra, como estratégias de combate as políticas neoliberais (MST, 2004).

Como podemos perceber a Via Campesina tem como propósito fortalecer a aliança com os vários movimentos sociais que a compõe, integrando suas estratégias e ações em âmbito internacional, para fortalecer o trabalho com as organizações nacionais, formar dirigentes, estimular a participação das mulheres e dos jovens (ALEGRIA, 2004) e fortalecer a organização da classe trabalhadora, na luta pela redefinição do papel do Estado, para garantir as suas reivindicações, através das políticas sociais públicas.

Porém, os movimentos sociais do campo não se contentam apenas com a conquista da terra, eles lutam pela transformação do país. Por isso, sua principal bandeira de luta, depois da reforma agrária é a educação das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos. É através da implantação de propostas pedagógicas emancipadoras, baseadas principalmente nos preceitos de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Makarencio, Max entre outros, que os referidos movimentos buscam a construção de um novo projeto de sociedade, de um novo projeto de escola, de um novo projeto de vida, de um novo projeto de nação, onde cada criança, jovem ou adulto seja

visto como cidadão e com isso edificam identidades a partir das elaborações biográficas, da existência moderna e com isso contribuem para a constituição de ações contra-hegemônicas.

ABSTRACT: This text brings up some brief reflections upon the following subject matter: modernity, identity, biographical narratives, and countryside social movements, in order to provide the reader with a view of how such aspects are interrelated and what are their repercussions in both individual and collective lives of those who seek a peasant identity formation. We utilized the theme of modernity and globalization as a basis for our reflections since it is currently discussed by several areas, mainly the social and human ones. We also investigate how these areas are contributing to the formation of both personal and social identities, as they have been modified in the last decades from the structuring of individuals subjective experience as well as its transformation which reflects a new experience concerned with the time and necessity of more frequent reconstruction of these identities. After that, we showed the themes: the peasant identity formation in Brazil and its contribution to the countryside social movements for the constitution of this peasant identity, by clarifying the relevance of such subject matter in the conduction of an emancipator process of man as well as the social resistance.

Key words: Modernity. Identity. Biographical Narratives. Countryside Education. Social Movements.

REFERÊNCIAS

ALHEIT, Peter. DAUSIEN. Bettina. En el curso de la vida. **Educación, formación, biograficidad y género en la modernidad tardía**. Edición de Francesc pensamiento; 2007, n.15, p.87-112. ISBN

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London: Sage Publications, 1992.

CANCLINI, G.N. *Diferentes, Desiguales y Desconectados*. **Mapas de la interculturalidad**. México: Ediciones Gedisa. 2004.

DIAS, Rafaela Cyrino Peralva. Resenha: **modernidade e identidade**. *Psicol. Soc.* [online]. 2005, vol.17, n.3, pp. 87-88. ISSN 0102-7182. doi: 10.1590/S0102-71822005000300013

DINIZ, A. V. S. **Educación, formación y trabajo em La Comunidad Valenciana: perspectiva biográfica de personas adultas**. Valencia. Programa de Doctorado em Bienestar Social: Cooperación y Desarrollo Local, 2007.

GOHN, Maria da G., Educação, trabalho e lutas sociais. In GENTILLI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. São Paulo: Ed. Record, 2002.

- _____. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes. 2005.
- .MACHADO, José. T. **O problema da identidade e cultura**. Disponível em <<http://www.autor.org.br/debate/toledo7.htm#luiz4>>. Acesso em 14 de abril 20.
- MELUCCI. Alberto, **As ações coletivas na sociedade contemporânea**. México: El Colégio de México, 1999.
- MOREIRA, Roberto J. **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. **Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação**. CP-DA, Rio de Janeiro: , v.nº 1, p.1 - 24, e In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, Porto Alegre: Alasru. 2002.
- PEREIRA, Antonio. **A. Pedagogia camponesa na Paraíba: Das ligas camponesas aos assentamentos rurais**. Tese de doutorado. Pós-graduação em Educação da UFPB. 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), **Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira**. *Tempo Social*, 5 , 1-2, 31-52
- _____. **Para uma sociologia das ausências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro de 2002: 237-280.

*Recebido em setembro de 2011.

*Aprovado em dezembro de 2011.